

Este trabalho tem por finalidade realizar um estudo da adequação das leis de uso e ocupação do solo urbano no que diz respeito ao lote mínimo e sua relação com a edificação e o loteamento, frente às características do meio físico dos terrenos. Nota-se a necessidade de compreender suas falhas que contribuem de forma expressiva na deterioração das condições ambientais, da qualidade de vida e cidadania em vários locais das cidades, principalmente em locais com habitantes de baixa renda. Esta análise foi feita através do confronto analítico do material teórico (leis, plantas dos loteamentos, projetos de edificações entre outros) e da situação real dos locais, na forma de imagens obtidas em visitas de campo. Embora a relação entre dimensões do lote e meio físico seja uma questão de grande importância, não existem muitos dados sobre este assunto e nem preocupação por parte do poder público, já que o mesmo quando se envolve com a questão da habitação popular, muitas vezes se dedica somente em promover meios para que a população adquira o lote, e não se preocupa com o tipo de edificação a ser nele construída. Não existem estudos sobre o desempenho de Unidades Habitacionais (U.H.) mínimas, nem de bairros com lotes mínimos. Não há um quadro comparativo entre uma situação ideal e a real onde, aí sim, seria possível detectar falhas e propor as correções necessárias. O presente trabalho limita-se a analisar a relação entre o loteamento, o lote, o meio físico e a edificação e tem como resultado principal, a exposição da distância entre o ideal teórico das leis e a realidade executada. Seria necessário que posteriormente fossem realizadas análises interdisciplinares detalhadas nos campos econômicos, cultural e político-institucional para a melhor compreensão do tema.